

Governo prepara suas propostas

CARMEN KOSAK

BRASÍLIA — O Ministério da Justiça está preparando um estudo sobre os pontos da Constituição a serem alterados na reforma constitucional. Esse trabalho é feito pelo consultor jurídico do ministério, Inocêncio Mártires Coelho, e deverá ser encaminhado em um mês ao presidente Fernando Collor. Posteriormente deverá ser apresentado, junto com outras contribuições, ao novo Congresso.

O estudo tem o objetivo de assegurar maior mobilidade ao governo durante a revisão constitucional, marcada para 1993. Mártires Coelho acredita que a antecipação da revisão constitucional — seja para 91 ou para 92 — é um consenso nacional. Por isso, ele afirma que não haverá resistências quanto à antecipação do plebiscito, previsto para 7 de setembro de 1993, para a escolha do sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo).

O consultor jurídico trabalhou com dois cenários. Caso o parlamentarismo seja escolhido no plebiscito, Coelho explica que — do ponto de vista do governo — poucas alterações terão de ser feitas na

atual Constituição. Por exemplo, as medidas provisórias, que no presidencialismo provocam constantes conflitos entre o Executivo e o Legislativo, no parlamentarismo não seriam problema. Isso porque o governo não correria o risco político de ver todo o gabinete dissolvido, devido à rejeição de uma MP na Câmara.

No outro cenário, de manutenção do presidencialismo, o estudo orientará o Planalto a lutar para que o texto constitucional contenha poucas limitações à utilização das medidas provisórias. O objetivo é facilitar não só a edição como a reedição de MPs.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Inocêncio Mártires Coelho ressalta que a Constituição de 1988 tem muitos aspectos positivos, como o artigo 5º, que trata dos direitos e garantias individuais e coletivos. Na sua opinião, o artigo espelha o Estado democrático e, por isso, deve permanecer como está. Para ele, se o Congresso tivesse acelerado a regulamentação dos artigos, provavelmente a revisão não precisaria ser tão detalhada.

A preocupação central do governo refere-se à reforma

tributária. No entender do consultor jurídico, a União "foi sacrificada" porque teve de repassar mais recursos aos Estados, mas não foi permitido o repasse de encargos. O objetivo agora é conseguir repassar para os Estados encargos como saúde, educação e despesas municipais.

Serão sugeridas alterações no capítulo referente à Previdência Social. O consultor afirma que a Constituição estabeleceu critérios de aposentadoria próprios de países do Primeiro Mundo e, por isso, a Previdência não tem condições de arcar com as despesas. Explica que a arrecadação é muito baixa e, para garantir o aumento do valor das pensões, são necessárias mudanças nas regras da aposentadoria. Ele sugere que o tempo de serviço só passe a contar a partir de uma idade determinada.

O consultor jurídico ressalta que temas como definição de empresa nacional e estrangeira, ou o monopólio estatal do petróleo, estão sendo apreciados pelo Ministério da Economia. Estas propostas setoriais, acrescenta, serão encaminhadas diretamente ao Palácio do Planalto e examinadas pela Consultoria Geral da República.